



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI
CAMPUS HERÓIS DO JENIPAPO – CAMPO MAIOR
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA



NATÁLIA DOS SANTOS SOUSA

GRUPO ESCOLAR VALDIVINO TITO: HISTÓRIA, MÉMORIA E CULTURA
ESCOLAR (CAMPO MAIOR - PI, 1930-2020)

CAMPO MAIOR – PI
2025

NATÁLIA DOS SANTOS SOUSA

**GRUPO ESCOLAR VALDIVINO TITO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA
ESCOLAR (CAMPO MAIOR – PI, 1930-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito obrigatório para a conclusão do Curso de
Licenciatura Plena em História, da Universidade
Estadual do Piauí Campus Heróis do Jenipapo.

Orientador (a): Dra. Mara Lúcia Fernandes Costa

CAMPO MAIOR – PI
2025

S725g Sousa, Natalia Dos Santos.
Grupo Escolar Valdivino Tito: história, memória e cultura
escolar (Campo Maior - PI, 1930-2020) / Natalia Dos Santos Sousa.
- 2025.
55f.: il.

Monografia (graduação) - Curso de Licenciatura em História,
Campus Heróis do Jenipapo da Universidade Estadual do Piauí, 2025.
"Orientação: Prof.^a Dr.^a Mara Lígia Fernandes Costa".

1. História da Educação. 2. Memória Escolar. 3. História de
Campo Maior (PI). I. Costa, Mara Lígia Fernandes . II. Título.

CDD 981.22

NATÁLIA DOS SANTOS SOUSA

**GRUPO ESCOLAR VALDIVINO TITO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA
ESCOLAR (CAMPO MAIOR - PI. 1930-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
História, da Universidade Estadual do Piauí, para
obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mara Lígia Fernandes
Costa

Aprovada em: 30/06/2025
Nota: 9,0

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Mara Lígia Fernandes Costa
Universidade Estadual do Piauí
(Orientadora)

Prof^a. M^a. Vilmar da Silva
Universidade Estadual do Piauí
(Examinador)

Pref^o. Me. Ernani José Brandão Junior
Universidade Estadual do Piauí
(Examinador)

Dedico este trabalho aos meus pais, base da minha formação como pessoa, meus maiores exemplos e incentivadores. Seu apoio incondicional foi primordial para que eu chegasse até aqui, sem a força deles este sonho não teria se concretizado.

RESUMO

Esta pesquisa analisa as contribuições educacionais e sociais da escola Valdivino Tito no município de Campo Maior - PI. A trajetória dessa instituição é um fator importante para se ter um maior conhecimento acerca do desenvolvimento desta cidade. Diante disso, para uma melhor compreensão, a metodologia desta monografia explorará documentos históricos da escola e do município, aportes teóricos de diferentes autores que já escreveram sobre este assunto e entrevista/registros que possibilitarão uma melhor elaboração e enriquecimento deste trabalho. A pesquisa também investiga os desafios e mudanças enfrentadas pela instituição desde sua criação, destacando seu papel na formação educacional de muitos campomaiorenses. No final deste trabalho apresenta-se um estudo sobre o desenvolvimento da educação em Campo Maior destacando o quanto esta unidade escolar somou positivamente para a cidade.

Palavras - chaves: História da Educação; Memória escolar; História de Campo Maior(PI).

ABSTRACT

This research analyzes the educational and social contributions of the Valdivino Tito school in the city of Campo Maior-PI. The trajectory of this institution is an important factor in gaining greater knowledge about the development of this city. Therefore, for a better understanding, the methodology of this monograph will explore historical documents of the school and the city, theoretical contributions from different authors who have already written on this subject and interviews/records that allowed a better elaboration and enrichment of this work. The research also investigates the challenges and changes faced by the institution since its creation, highlighting its role in the educational formation of many Campo Maior residents. At the end of this work, we present a study on the development of education in Campo Maior, highlighting how much this school unit contributed positively to the city.

Keywords: History of Education; School Memory , History of Campo Maior(PI).

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Igreja de Santo Antônio.....	24
Foto 2 - Novo Hotel, primeira instalação do grupo Valdivino Tito.	32
Foto 3 - Grupo Escolar Valdivino Tito, foto de 1933.....	33
Foto 4 - Valdivino Tito na década de 1930.....	44
Foto 5 - Ceti Valdivino Tito atualmente.	44

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2.CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE EDUCAÇÃO	13
2.1 A educação no Brasil.....	13
2.2 Educação no Piauí.....	21
2.3 Das Fazendas de Gado a Município: Campo Maior e o seu desenvolvimento urbano e educacional	23
3.DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR VALDIVINO TITO.....	30
3.1 História da Instituição	31
3.2 Vivências e rotina escolar.....	36
3.3 O legado educacional do Grupo Escolar Valdivino Tito em Campo Maior.....	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares importantes para o progresso da sociedade. Nesse contexto, analisar a história das instituições de ensino é fundamental, pois se trata de um valioso objeto de estudo que possibilita compreender as formas que delinearam o cenário educacional e social de um determinado local. Este trabalho se propõe a investigar a trajetória do Grupo Escolar Valdivino Tito, primeira escola estadual pública da cidade de Campo Maior, que foi construída com a finalidade exclusiva de funcionar como uma instituição de ensino formal e com infraestrutura física e organização voltada ao sistema educacional.

Inaugurada em 1934, em uma parceria entre o governo do estado e o município, o Grupo Escolar Valdivino Tito, assim como outros, foi criado a partir do ideal republicano que almejava trazer maior modernidade ao ensino. Recebeu essa nomenclatura em homenagem a Valdivino Tito de Oliveira, grande intelectual de Campo Maior. Em sua fundação, a escola ofertava apenas o ensino primário e teve como primeira diretora a senhora Briolanja Oliveira.

A finalidade desta pesquisa é analisar as contribuições da escola para o desenvolvimento educacional e social da comunidade local e compreender como a instituição colaborou no processo de formação da cidade de Campo Maior. A delimitação temporal deste trabalho abrange as décadas de 1930 a 2020. Para a escolha desse recorte temporal consideramos o ano de fundação da escola, enquanto a década que contempla o período final da pesquisa foi escolhido pelo acesso aos documentos e outras fontes que possibilitaram a compreensão do progresso dentro do contexto local e nacional.

A motivação para realização desta pesquisa, além da curiosidade de conhecer mais sobre a história da educação local e seu processo de desenvolvimento, está no fato de eu já ter estudado nessa escola. Quando me encontrei na posição de aluna na instituição, ouvia frequentemente da direção relatos sobre sua história, mas percebia que era uma instituição que não recebia o devido reconhecimento por sua relevância no ensino da comunidade.

Essa falta de reconhecimento e desvalorização da história da escola despertou em mim o desejo de resgatar e colaborar para sua preservação memorial. Reconstruir a história dessa instituição é uma forma de destacar sua contribuição educacional para

Campo Maior e para todos que passaram por sua sede. Espera-se que esta pesquisa inspire outras pessoas a reconhecerem a relevância da educação e das instituições que, como o Grupo Escolar Valdivino Tito, tiveram um impacto para a sociedade.

No primeiro capítulo, será abordado um panorama da história da educação e suas transformações históricas em âmbito nacional e local, com foco no Brasil, no Piauí e em Campo Maior. Neste capítulo, é realizada uma abordagem referente a educação desde o período colonial até nossa atualidade. Com isso, objetiva-se que o leitor tenha uma compreensão mais precisa de toda história da educação no Brasil partindo de seus primórdios e o situando nas diferentes mudanças políticas, econômicas e sociais que conduziram algumas das principais modificações no ensino do país desde o período colonial até os dias atuais.

O segundo capítulo aborda os aspectos da história da Escola Valdivino Tito. Para descrever o percurso da instituição, foi realizada uma pesquisa de campo, e, por meio de relatos orais, foi possível reconstruir as vivências e práticas do colégio. Segundo Antunes (2008, p. 41): “o depoimento oral proporciona a composição de uma história mais rica e mais coerente com a realidade investigada, pois consegue adentrar na vida dos colaboradores da investigação e na realidade pesquisada”

Com base nessa observação, foi utilizada a entrevista de história de vida. Neste tipo de entrevista, os entrevistados são o centro do interesse e com isso é possível compreender como essas pessoas vivenciaram a instituição em diferentes épocas. Por meio da memória e depoimentos orais, foi possível uma maior análise sobre as vivências e rotinas escolares para compreender melhor os costumes, pedagogias de ensino e como tudo isso foi vivenciado no espaço de tempo em que concebe a cada um dos participantes na história da escola.

Para este estudo da história oral, foram estabelecidos alguns critérios para definir o perfil dos entrevistados, como, por exemplo, terem sido alunos, professores ou ocupar qualquer cargo ligado a instituição, além de residir em Campo Maior.

Além disso, para o aprofundamento do estudo, foram utilizados fotografias e documentos do acervo da escola. A partir desse material, no decorrer do capítulo é possível explorar as mudanças ocorridas tanto no aspecto físico quanto pedagógico.

Para identificar esses entrevistados, foram realizadas visitas à escola e conversas com a atual gestão e historiadores locais que indicaram pessoas que

fizeram parte dessa história. Assim, por meio dos relatos das ex-alunas Avelina Rosa Melo Cunha, Minelvina Pereira de Medeiros, Maria Borges Nascimento e da ex-professora Josefa Batista da Silva, foi possível conhecer momentos relevantes, ter um olhar mais profundo e uma maior reflexão das reais experiências das pessoas que vivenciaram os primórdios da trajetória do educandário.

Quanto à bibliografia, o trabalho está fundamentado em grandes autores da historiografia brasileira, como Alcebíades Costa Filho, **A escola do sertão** (2006); Paulo Ghiraldelli, **Introdução à educação escolar brasileira: História, política e filosofia da educação** (2001); Itamar de Sousa Brito, **História da educação do Piauí** (1996); e Dermeval Saviani, **História das ideias pedagógicas no Brasil** (2011).

A junção de todos esses elementos possibilita um maior detalhamento das mudanças ocorridas no âmbito educacional e, conseqüentemente, na escola. Assim, compreende-se não apenas o percurso de ensino, como também relembrar toda a cultura, práticas e valores escolares que se consolidaram ao longo dos períodos e que ainda se mantêm presente na lembrança de todos.

2 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE EDUCAÇÃO

2.1 A educação no Brasil

Em um mundo tão diverso, todos nós de alguma forma somos impactados pela educação, seja em casa, nas ruas, escola ou igreja, em diferentes situações somos conectados ao saber, e assim ela se constitui ao nosso redor para aprender, para ensinar, ou para aprender e ensinar. A educação existe mesmo onde não há escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida (Brandão, 2007). Nesse sentido, podemos observar o quanto a educação é multifacetada e adaptável a diferentes circunstâncias sociais e momentos históricos ou culturais.

A educação formal no Brasil passou por diferentes etapas e modificações, seu marco inicial foi a partir da chegada dos jesuítas em 1549. O grupo era composto por dois irmãos e quatro padre, chefiados por Manoel da Nóbrega que traziam consigo a missão imposta pelo rei de converter os povos que aqui viviam para que se convertessem a religião católica. Segundo Saviani (2011, p. 26): “para atender a esse mandato, os jesuítas criaram escolas e instituíram colégios e seminários que foram espalhando-se pelas diversas regiões do território” O autor ainda coloca:

A primeira fase da educação jesuítica foi marcada pelo plano de instrução elaborado por Nóbrega. O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra). Esse plano não deixava de conter uma preocupação realista, procurando levar em conta as condições específicas da colônia. Contudo, sua aplicação foi precária, tendo cedo encontrado oposição no interior da própria ordem jesuítica, sendo finalmente suplantado pelo plano geral de estudos organizado pela Companhia de Jesus e consubstanciado no *Ratio Studiorum*.¹ (Saviani, 2011, p.4).

¹ Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas.

Os jesuítas por muito tempo foram os únicos precursores da educação no Brasil. Enquanto estiveram em solos brasileiros organizaram o sistema de ensino em dois níveis: ensino primário, a qual era constituído pelas escolas de primeiras letras para os filhos dos portugueses e dos indígenas e o outro ensino destinado a meninos brancos, onde formavam-se os mestres em artes e bacharéis em letras (Borges; Sambugari, p.10). Essa diferença estabelecida entre os diferentes níveis de acesso ao ensino, proporcionava um favorecimento para uns em detrimento de outros, deixando muitas crianças às margens do acesso à educação favorecendo assim a divisão de classe. Conforme acentua Rocha:

A educação estava baseada em um mundo perfeito, com essa visão, cada um recebia o que era da vontade divina, sendo assim a educação pertenciam àqueles que sabiam usufruir delas, nobreza e a nata da burguesia para continuar o seu papel na sociedade. O que mais marcou o trabalho dos jesuítas foi na formação das elites e das lideranças da sociedade colonial, para que a Cultura da fé católica fosse garantida. Entendemos que uma sociedade que se baseava na escravidão e converter os Índios a fé católica, só poderia atender aos interesses da camada mais alta da população, portanto os jesuítas basearam seu método de ensino para aqueles que detinham o poder. (Rocha, 2010, p.11).

Diante disso, podemos analisar como essa educação jesuítica estava estruturada para atender a um público específico daquela época, a nobreza e a elite. Esses grupos eram os que se beneficiavam de um ensino mais avançado e com um maior viés intelectual, assim, a educação também servia como uma forma de prevalência das hierarquias sociais daquele período, reforçando todo o status de poder dessas pessoas que se encontravam em um patamar de privilégio.

No ano de 1759, Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), primeiro-ministro de Portugal, expulsou os jesuítas do Brasil. Segundo Azevedo (1944, p 312): “os jesuítas possuíam na sua expulsão 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever”. A partir de então, com o Alvará de 28 de junho de 1759 a educação passa por uma nova mudança pois através deste, houve a tomada de novos rumos, sendo o ensino desvinculado dos ideais jesuíticos, passando assim aos interesses do estado.

Com esse Alvará foi proibido o uso da língua geral substituindo-a pelo português. Além disso, Saviani (2011) relata que houve a realização de concursos na Bahia para as cadeiras de latim e retórica e a nomeação dos primeiros

professores Régios de Pernambuco. Mas o desenvolvimento das aulas régias deu-se em ritmo lento pelas resistências encontradas e pela falta de recursos financeiros. Sobre essas aulas o autor ainda menciona:

As aulas régias foram estendendo-se no Brasil, embora enfrentando condições precárias de funcionamento, salários reduzidos e frequentes atrasos no pagamento dos professores. As aulas régias eram sinônimo de escolas que, por sua vez, se identificavam com determinada cadeira, funcionando, em regra, na casa dos próprios professores. Daí as expressões “aulas de primeiras letras”, “aulas de latim”, “de grego”, “de filosofia” etc. Eram aulas avulsas, portanto, os alunos podiam frequentar umas ou outras indiferentemente, pois, além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si. (Saviani, 2011, p.108).

Para tentar custear o ensino, em 1772 houve a criação de um imposto chamado “subsídio literário”, porém este não era arrecadado de forma precisa o que acabava atrapalhando no pagamento de muitos educadores. Mesmo com as inúmeras barreiras à frente deste ensino, Melo relata que essas reformas propuseram alguns avanços, se comparada ao ensino jesuítico. Entre eles estavam: 1. A formação do perfeito nobre (negociante); 2. Simplificação e abreviação dos estudos, motivando o ingresso em cursos superiores; 3. Melhoria do aprendizado da língua portuguesa; e 4. Inclusão de conhecimentos científicos. (Melo, 2012).

Com isso, observamos que muitos eram os anseios de Pombal. Dessa forma este realizou profundas reformas na educação no quesito formal, as formas eclesiásticas dos jesuítas de guiar o ensino aos poucos foram sendo substituídas por ideais pedagógicos da escola pública e laica. No entanto, é importante ressaltar que essas mudanças deixaram um vazio, pois todos os ideais não foram de fato totalmente implantados. Conforme citado por Maciel:

A reforma de ensino pombalina pode ser avaliada como sendo desastrosa para a Educação brasileira e em certa medida para a Educação em Portugal, pois destruiu uma organização educacional já consolidada e com resultados, ainda que discutíveis e contestáveis, e não implementou uma reforma que garantisse um novo sistema educacional. Portanto, a crítica que se pode formular nesse sentido, e que vale para nossos dias, refere-se à destruição de uma proposta educacional em favor de outra, sem que esta tivesse condições de realizar a sua consolidação. (Maciel, *et al.* 2006, p.475).

A situação do ensino perdurou de maneira lenta até a chegada da corte portuguesa ao Brasil. A partir de 1808, o sistema de ensino começou a se alterar de forma mais profunda, houve a criação de diferentes cursos tanto para nível médio

como para superior e o ensino foi estruturado em três níveis diferentes, sendo eles: primário, secundário e superior. O primário era a “escola de ler e escrever”, que ganhou um incentivo da corte e aumentou suas “cadeiras” consideravelmente. O secundário se manteve dentro do esquema das “aulas régias”, mas recebeu várias novas “cadeiras” (disciplinas), principalmente em cidades de Pernambuco, Minas Gerais e no Rio de Janeiro. (Ghiraldelli, 2001).

Após a Proclamação da Independência do Brasil, em 05 de março de 1824, o Brasil tem a sua primeira constituição trazendo ideais liberais inspirada na constituição francesa de 1791. A educação nesse contexto é colocada dentro do art.179 como sendo gratuita para todos, além disso era defendido a ampliação do número de escolas, universidades e muitas outras instituições de ensino.

Com essa constituição, houve também a delegação do ensino para as províncias. Foi a partir daí que surgiu as escolas normais sendo a primeira em Niterói no Rio de Janeiro, contudo as dificuldades da época impossibilitavam mais uma vez uma maior qualificação do ensino, causadas entre muitas coisas pela falta de pessoas preparadas para ministrar as aulas e questões ligadas a ausência de recursos financeiros para manter essas estruturas.

Em relação ao ensino superior, a criação do colégio Pedro II foi um dos grandes marcos dessa época. Além disso, vale ressaltar também as reformas de Leôncio de Carvalho, que defendia uma liberdade de ensino, segundo Ghiraldelli:

A nova lei entendia que todos os que se achassem, por julgamento próprio, capacitados a ensinar, poderiam expor suas ideias e adotar os métodos que lhes conviessem. A nova lei também entendia que o trabalho do magistério era incompatível com o trabalho em cargos públicos e administrativos. Por fim, sob a mesma rubrica, a lei entendia que a frequência aos cursos secundários e superiores era livre, e que os alunos poderiam aprender com quem lhes conviesse e, ao final, deveriam se submeter a exames de seus estabelecimentos. É claro que isto fez com que as instituições se organizassem por matérias, de modo que os alunos pudessem escolher quais as que fariam e quais as que não fariam na escola. (Ghiraldelli, 2001, p.18).

Contudo, o que se percebe sobre o período imperial é que apesar de uma educação bem elaborada no papel, na prática a realidade era outra. Havia muita exclusão no ensino, instalações mal estruturadas, não tinham materiais didáticos e os professores continuavam não tendo a devida qualificação e melhorias em seus salários. Assim, apesar da constituição trazer o direito de ensino para todos,

infelizmente o país continuava sem conseguir ofertar um bom ensino para boa parte da população.

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o país entra em um novo momento e consequentemente o sistema de ensino também. Novamente acontece entusiasmo pela educação e novas mudanças, projetos e reformas com a ideia de se construir um país diferente do passado. Segundo Marcos Silva (*apud* Nagle 2001), por trás desse entusiasmo educacional, havia também um componente político, porque, à medida que os liberais lutavam pelo voto universal, interessava a mais ampla alfabetização da população. Além disso, ele ressalta que também havia o interesse econômico, tendo em vista que o capitalismo se desenvolvia no Brasil e ficou claramente estabelecida a relação entre a capacidade produtiva e a cultura técnica.

A partir de 1930 com as reformas de Anísio Teixeira a educação passou a ser direcionada para os filhos da classe trabalhadora, além de Anísio outros grandes educadores contribuíram para o avanço educacional no Brasil, sendo eles: Benjamin Constant (1890) que montou uma diretriz educacional abrangendo todos os níveis de ensino; Eptácio pessoa (1901), sua mudança no ensino adaptou às reformas de Benjamin Constant a arranjando e corrigindo para as realidades regionais; Rivadávia Correia (1911) após a revogação das reformas de Eptácio Pessoa, em sua lei eliminou o exame de natureza a equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário ao colégio Pedro II; Cários Maximiliano (1915), sua reforma reoficializou o ensino restabelecendo a interferência do Estado eliminado pela reforma anterior; Sampaio Dória (1920), sua reforma consistiu na reorganização do ensino primário de forma que a idade mínima escolar não mais começasse aos sete anos, e sim aos nove; Carneiro Leão (1922-1926) propôs que era preciso organizar a educação popular com foco na educação física, trabalhos manuais e formação dos professores (Bomeny, 1993).

Além de todas essas reformas, em 1948 foi enviado ao Congresso Nacional um anteprojeto para as diretrizes e base da educação nacional. Esse projeto viria a se tornar mais tarde a primeira LDB do Brasil, no entanto, sua implementação não ocorreu de fato, foram necessárias longas discussões até sua inserção em 1961. Apesar da nova lei, a estrutura já existente de um ensino tradicional foi mantida, mas

alguns aspectos foram modificados tornando os controversos. Como descrito por De Assis:

Nesta LDB de 1961, houve o abandono de certas conquistas, já consagradas na legislação anterior de ensino, como no que se refere à obrigatoriedade escolar do ensino primário. Embora o artigo 27 preveja a obrigatoriedade deste nível de ensino, o parágrafo único do artigo 30 praticamente anula isso, ao conjecturar que podem ser isentos dessa obrigatoriedade: “a) Comprovado estado de pobreza do pai ou responsável; b) Insuficiência de escolas; c) Matrícula encerrada; d) Doença ou anomalia grave da criança” (BRASIL, 1961, art. 27, § único). Estes itens (à exceção da letra d) isentam o poder público de seu compromisso de fornecer condições para que obrigatoriedade seja cumprida e contradiz o artigo 27. (De Assis, 2012, p.325).

Com isso, podemos compreender que por trás desses detalhes e exceções presentes no texto da lei, o estado se esquivava de sua responsabilidade. Ao invés de trabalhar para proporcionar maior acesso ao ensino para essas crianças, era mais fácil para as autoridades aceitarem que muitos ficassem sem o devido acesso à educação e colocar como empecilho as questões estruturais e sociais em vez de trabalhar em busca de soluções para o problema. Para De Assis (2012, p. 327): “as heranças culturais e de atuação política, foram fortes o suficiente para impedir que se criasse o sistema de que se carecia”.

Com o golpe de 1964, a educação no Brasil passou a ser tratada como negócio. Através da constituição de 1967, houve cortes em recursos para a rede pública e um maior incentivo na rede de ensino privado. Assim, as elites continuavam a ser beneficiadas enquanto a população de classe mais abastada permanecia com um ensino de baixa qualidade.

Além disso, foram implementando reformas com as leis de número 5.540/68 e 5.692/71. Com a primeira, houve uma reforma com foco no ensino superior além de programas de pós-graduação. Os militares tinham uma visão de que a questão econômica, juntamente com a modernização, dependia de pessoas com especialidades e boa qualificação em áreas técnicas e científicas. Assim, o ensino superior, juntamente com essas pós-graduações tinham o intuito de expandir e melhorar a questão educacional e científica, usadas como base para sustentar todo esse interesse militar. No entanto, segundo Ghiraldelli (2001, p.107): “nunca foi aceita pelos setores não conservadores e não chegou a empolgar nem mesmo as parcelas da comunidade acadêmica simpáticas às inovações do governo ditatorial”.

Sobre a lei nº 5.692/71, ela tratou da segunda LDB do país e foi recebida com bastante entusiasmo. Suas mudanças, segundo De Assis:

Segundo a Lei nº 5.692, de 1971, a educação fundamental e média brasileira passou a ter a seguinte estrutura, na dimensão vertical: ensino de 1º grau (obrigatório), com 8 anos de duração e carga horária de 720 horas anuais, destinada à formação da criança e do pré-adolescente da faixa etária dos 7 aos 14 anos; e ensino de 2º grau, com 3 ou 4 anos de duração e carga horária de 2.200 horas para os cursos de 3 anos, e de 2.900 horas, para os de 4 anos, destinado à formação do adolescente. A educação de jovens e adultos ficou a cargo do ensino supletivo, destinado a suprir a escolarização incompleta, ou a aperfeiçoar e atualizar conhecimentos. Tem estrutura, duração e características próprias, e difere dos cursos de formação normal, pelo fato de ser ministrado livremente, através dos meios de comunicação em massa. E o ensino de 3º grau se estruturava da seguinte forma: cursos de graduação, abertos à matrícula de candidatos que concluíram o ensino do 2º grau e tenham sido classificados em concurso vestibular (a duração mínima de cada curso era estabelecida pelo CFE); cursos de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação, que preencham as condições prescritas em cada caso. Os cursos de pós-graduação levam a: especialização e aperfeiçoamento (para candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes); extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos; mestrado (curso de 1 a 3 anos, com dissertação); e doutorado (curso de 2 a 4 anos, com defesa de tese). (De Assis, 2012, p.14).

No período civil-militar, notamos uma criação de políticas públicas descabíveis à realidade do país. Apesar dessas expansões no ensino, como é nos apresentado acima por Assis, faltou proporcionar também maior qualidade para atender toda essa demanda do número de alunos. As escolas continuavam precárias e os professores continuavam a ensinar sem adquirir uma boa qualificação. Ainda, como é do conhecimento de todos, este período foi um dos momentos mais antidemocráticos pelos quais o Brasil já passou e em seu aspecto educacional não foi diferente.

Ocorreu censura no ensino, algumas disciplinas eram voltadas para a defesa e transmissão dos valores defendidos pelo regime e muitas organizações que defendiam os interesses e expressões de estudantes foram encerradas e controladas pelo regime. Diante disso, é notável que essas leis não mudaram por conta própria a realidade do país, pois para que isso fosse alcançado era preciso atender e alinhar seus interesses com a real conjuntura do país na época.

No ano de 1996 foi aprovada a nossa atual LDB. Apresentada por Darcy Ribeiro, representou mais um salto para o ensino brasileiro. Ela estabeleceu que a educação deve ser assegurada pelo poder público e é um dever da família e do

Estado. Proporcionou mudanças desde a educação básica até a educação superior, além de envolver o ensino especial, tecnológico, indígena, educação de jovens e adultos e ensino à distância. Assim, a LDB proporcionou às diferentes camadas sociais brasileiras o acesso a diversos modos de ensino.

Ademais, para fortalecer todos esses objetivos da LDB, outras ações foram surgindo ao longo do tempo e melhorando a consolidação da educação no Brasil. O Plano Nacional da Educação (PNE), elaborado em 1962 e presente na constituição de 1988, traçou metas e objetivos para melhorar o desenvolvimento educacional, com ele não somente o acesso à educação foi garantido, mas também uma melhor qualidade. Dentre seus objetivos estão:

Erradicação do analfabetismo; (II) à universalização do atendimento escolar; (III) à melhoria da qualidade do ensino; (IV) à formação para o trabalho; e (V) à promoção humana, científica e tecnológica do país. Já a sua regulamentação foi determinada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/1996, que deixou à cargo da União, em colaboração com Estados e Municípios, a incumbência de organizar o PNE, que posteriormente foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001, com vigência decenal. (Araújo *et al*, 2016, p.10).

Após o PNE, outra iniciativa importante para a educação foi a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Aprovada em 2017, este documento define pontos essenciais que todos os estudantes do país devem ter em seu processo de aprendizagem. Diante dessas diretrizes que o documento traz, houve anos depois modificações no ensino médio brasileiro buscando flexibilizar o currículo e possibilitar autonomia aos alunos em sua jornada de formação.

Dentre as discussões acerca desta mudança entraram a pauta que está fase do ensino precisava ser inovada e consequentemente adaptada às tecnologias e exigências do mercado de trabalho. Assim, algumas mudanças principais foram traçadas para essa etapa, sendo elas: aumento da carga horária; implementação da BNCC; possibilidades de escolhas dos itinerários formativos. (Martim, 2021).

No entanto, como toda mudança, ainda há muita discussão em torno dessas modificações. Algumas áreas ganharam mais relevância em detrimento de outras, o que gerou certo descontentamento por parte de muitos que colocam que os estudantes não desenvolvem totalmente todas suas habilidades e competências.

A partir de todo esse movimento em torno da educação, o país conseguiu um ensino mais acessível e inclusivo. É certo que muito ainda se tem a fazer e esse

processo exige ainda mais esforço de toda a sociedade e mais valorização de todos que contribuem diariamente por uma educação com qualidade.

2.2 Educação no Piauí

Para uma maior compreensão a respeito dos primórdios da educação no Piauí, vale destacar que sua implementação ocorreu tardiamente em comparação a outras regiões do Brasil. Por volta do século XVIII é que a província inicia o seu sistema oficial de ensino, no entanto, para superar essa carência formas de ensino já haviam sido criadas como por exemplo, as escolas familiares desenvolvidas no espaço doméstico. (Costa Filho, 2006).

Essas formas de alternativas mencionadas por Costa Filho eram comuns por toda província e ultrapassaram o período colonial. Seu ensino era focado de forma mesclada em um saber formal e prático com ênfase no cotidiano rural e isso perdurou até o século XIX. Sobre as formas e os grupos que recebiam essa instrução, não houve mudanças exorbitantes em relação a essa questão, as meninas eram geralmente ensinadas as atividades do lar enquanto seus familiares meninos recebiam uma educação mais formal e segundo Mary Del Priore (2004, p. 210): “aprendiam ciências naturais, filosofia, geografia e francês”.

Apesar desses pequenos esforços em busca de uma instrução, ao se analisar a história da educação no Piauí, assim como os primórdios da educação em todo Brasil, percebemos uma inércia estatal para proporcionar um bom ensino, tanto que até meados do século XVIII não existiam escolas no Piauí. A realidade era que seu interesse:

Limitava-se a criar as escolas e pagar os ordenados dos professores, sem proporcionar condições de funcionamento às mesmas. Na verdade, a escola não interessava ao Estado, o qual a considerava com a mera finalidade de moralização e disciplinamento da População. (Gomes *et al*, 2006, p. 78).

Somente em 1815, segundo Sousa Neto (2014, p. 27): por meio do Decreto de 4 de setembro de 1815 “são criadas três Cadeiras de Primeiras Letras, instaladas na

cidade de Oeiras e nas vilas de Parnaíba e Campo Maior. Além disso, com o Decreto de 15 de julho de 1815, foi criada a primeira Cadeira de Gramática Latina, na cidade de Oeiras”. Vale ressaltar que essas cadeiras muitas das vezes não funcionavam de maneira eficaz, seja por falta de pessoas habilitadas para ministrar as aulas ou o desinteresse da população. Muitos pais apesar de entender a importância do ensino para seus filhos não colocavam essa preocupação a frente de seu trabalho, pois acreditavam que era uma perda de tempo os momentos em relação ao ensino, para eles era mais vantajoso trabalhar para custear o sustento da família.

Por volta da década de 1840, uma importante instituição de ensino secundário foi criada, O Liceu Piauiense, que representou mais uma das formas de tentativas de expansão do ensino. Além deste, o Educando Artífices, onde se tinha o ensino profissionalizante, veio para complementar essa expansão, mas infelizmente na prática mesmo com esses incentivos não houve avanço. Para uma melhor compreensão dessa época é possível observar que dados em relação ao ensino eram preocupantes. Costa Filho ressalta:

No Piauí, havia 84.584 homens e 89.862 mulheres não alfabetizados, incluindo a população livre e escrava, perfazendo um total de 174.446 pessoas iletradas. A população geral era em torno de 202.222 habitantes, subtraindo-se o número de iletrados, somente 27.776 pessoas eram letradas. O mesmo censo registrou seis escravos do sexo masculino alfabetizados, porém nenhuma escrava sabia ler e escrever. Para uma população infantil livre estimada em 34.546 crianças, somente 2.801 crianças, entre 06 e 15 anos, frequentavam a escola, 31.745 estavam fora da escola. (Costa Filho, 2006, p.112).

No período republicano, como já mencionando anteriormente, houve um grande entusiasmo pelo ensino e assim, como no resto do país, no Piauí não foi diferente. Entre 1900 e 1910 o estado passou por um período de reestruturação educacional, onde novas escolas foram sendo construídas pelo território. Através da lei nº 527 de 06 de julho de 1909, o governo foi autorizado a reformar o ensino público do primário ao secundário.

A nova lei trazia a obrigatoriedade da frequência escolar em todo o estado para meninos com idades de 7 anos e menores de 14, não impondo limites de idade para as meninas. Além disso, uma comissão formada por antigos professores, juiz de direito, prefeitos e delegados foi criada para reunir-se anualmente e fazer um levantamento das crianças que estavam em idades apropriadas para a matrícula e

realizá-las. Toda essa iniciativa foi reforçada pelo decreto 4.34 de 19 de abril de 1910 onde é expedido o Regulamento Geral da instrução pública do estado organizando a estrutura do ensino e trazendo princípios inspirados na constituição de 1981, cuidando de forma mais detalhada de questões administrativas e pedagógicas. (Brito, 1996).

Apesar dessas ampliações, muita coisa ainda estava à margem do descaso. Vale ressaltar que apesar de todas essas discussões frente ao ensino a questão do analfabetismo no estado continuou alto. Segundo dados do ano de 1920, a cidade de Teresina possuía 52.255 habitantes, sendo que apenas 8.645 eram alfabetizados. (Queiroz, 2017). Esse número era somente da capital, sendo um retrato do que acontecia pelo interior do estado, onde a modernização e políticas da cidade não chegavam surtindo tanto efeito.

Em 1989, no segundo mandato do governador Alberto Silva, os educadores piauienses realizaram uma greve que afetou um semestre letivo deixando muitos alunos prejudicados. A situação agravou-se com a reforma do Liceu Piauiense que na época se chamava Escola Estadual Zacarias Góes. Para os educadores, a inauguração da reforma era uma grande controversa pois enquanto o poder público comemorava a reforma de uma escola muitas outras encontravam-se com os trabalhos paralisados devido ao movimento grevista. (Fonteneles, 2005).

Toda a insatisfação era vista pela sociedade teresinense, e o que causava ainda mais revolta era a questão dos professores terem apoiado Alberto em sua campanha. Tal situação foi colocada nos jornais e paródias da época, como a exemplo da música abaixo de autor desconhecido:

Magistério desgarrado sofrendo decepção. O governo do desmando só nos trouxe aflição. Está de volta a chibata", batendo no professor, mas não desistiremos, estaremos firmes, sim senhor. O povo votou no Alberto, Alberto traiu o povo. Queremos ver o Alberto Bem longe daqui de novo. (Autor desconhecido *apud* Fonteneles, 2005, p.3).

Essa situação nos faz observar que reformas estruturais das instituições de ensino são importantes, no entanto, não é algo exclusivo para a ampliação de melhorias do ensino. É necessário investir também em melhores condições salariais para os docentes, investir em materiais didáticos de qualidades, trabalhar métodos de práticas para melhorar o ensino e estar sempre em busca de investir em políticas públicas que coloquem a educação como foco e prioridade.

2.3 Das Fazendas de Gado a Município: Campo Maior e o seu desenvolvimento urbano e educacional

Na época da colonização, a criação de gado além de suprir o produto interno e ajudar em moinhos também foi uma atividade que auxiliou no desbravamento do interior do Brasil. Com a ampliação dos moinhos de açúcar no litoral, viu-se a necessidade de buscar por novas pastagens para a criação desses animais, assim seus criadores partiam em direções ao interior do país.

Diante disso, devido a essa interiorização da pecuária a área correspondente ao Piauí tornou-se uma importante rota de passagem no descolamento do gado entre o Maranhão, Ceará e outros estados. Este percurso ficou conhecido como corredor do gado e foi essencial para o surgimento da atual cidade de Campo Maior, pois a localização estratégica dessa área ganhou destaque pelos seus campos abundantes, que chamaram a atenção pelos que por ali passavam. O local era propício para a engorda dos animais, e com o tempo em decorrência de sua geografia benéfica tornou-se uma área de estabilização para muitos criadores de gado.

Em 1695, o sargento-mor Bernardo de Carvalho e Aguiar é o primeiro empreendedor a visitar aqueles vasto campos trazendo consigo seu rebanho deslocado das províncias de Pernambuco e Bahia, entre os meses de março e abril, instalou a fazenda “Bitorocara”, localizada na confluência dos rios Longá e Surubim. A partir desta fazenda, iniciou-se a povoação da região com a construção de uma pequena igreja em homenagem ao Santo Antônio de Pádua, esta foi inaugurada no dia 12 de novembro de 1712 e a partir disso, outras fazendas foram se instalando naquela região ao longo do tempo, contribuindo assim, para a expansão do local até se tornar a Freguesia de Santo Antônio do Surubim. (Costa Filho, 2011).

A Freguesia foi elevada à categoria de Vila em 8 de agosto de 1762 pelo primeiro governador da província do Piauí, João Pereira Caldas. Na época, segundo Amanda Moreira (2021, p. 90): “existiam 31 fogos com 162 habitantes, 31 sendo destes 128 livres e 34 escravos, e, ainda, no resto da freguesia, 276 fogos, 86 fazendas de gado”.

Com isso, a construção dessa igreja, representa o marco inicial de povoamento do que hoje é a cidade de campo maior. Sua construção além de proporcionar um espaço de devoção, com o decorrer do tempo, o seu entorno foi tornando-se um

espaço que serviu de referência para os primeiros habitantes da região, consolidando-se como um dos fatores essenciais na formação histórica e cultural de Campo Maior.

Fotografia 1 - Igreja de Santo Antônio



Fonte: LIMA, Francisco de Assis. **Tempo e saudade**: nos caminhos da cidade. Teresina: Gráfica do Povo, edição do autor, 2023, p. 25.

Com a Proclamação da República, Taumaturgo de Azevedo, um Piauiense natural de Barras, foi nomeado pelo governo da união, que na época era Marechal Deodoro da Fonseca, para assumir a governança do estado. Após assumir esse importante cargo, Taumaturgo proporcionou no dia 28 de dezembro de 1889 um momento para a história de Campo Maior.

Neste dia foi assinado o decreto número 1, no qual a singela vila foi elevada, passando então para a condição de município. Apesar de ser uma data de grande relevância para a história da cidade, o ex-prefeito e escritor Campomaiorense João Alves Filho menciona em seu livro acerca dos fatos importantes sobre a cidade que essa data infelizmente não é comemorada, sequer a secretaria municipal de educação toma conhecimento de sua importância. Nenhuma manifestação de civismo é feita nas escolas. É essencial incluí-la no calendário de datas comemorativas. (Costa Filho, 2011).

Com o passar das épocas Campo Maior foi se modificando, no entanto, seu processo de estruturação ocorreu de forma lenta. Entre os anos de 1917 e 1920, o extrativismo da cera da carnaúba estava em alta no Piauí e era o principal produto de exportação do estado (Queiroz, 2006). Dentro desse cenário, Campo Maior estava entre os municípios piauienses que mais produzia essa cera, tanto que no decorrer dos anos 1930 e 1940 ela teve grande relevância na produção dessa matéria, assim o desenvolvimento estrutural da cidade e sua modernização teve forte crescimento nesses períodos.

Foi entre essas décadas que a cidade recebeu sua primeira usina elétrica, ruas, correios, telégrafo, banco, cinema e arborização. Ainda nesse período, foi construída a principal avenida da cidade (Avenida José Paulino). Na leitura dos vários escritores que dissertam sobre a história da cidade, Pauliana Jesus mostra bem todo o desenvolvimento urbano da cidade ao mencionar:

[...] a cidade foi se aglomerando e aumentando, e com a construção do Ginásio Santo Antônio em 1948, o Campo Maior Clube em 1946, a cidade começou a se avolumar e o comércio começou a crescer e naturalmente teve uma evolução muito grande na economia de Campo Maior com a valorização da cera e com a chegada da Casa Inglesa em Campo Maior que vendia inclusive automóveis, caminhonetes, tratores, e a chegada da casa Marc Jacob, tudo na década de 1940, 1950 e a chegada da Casa Morais AS que era especialista em compra de cera e a Casa Alves[...] portanto, esse povo se alocou todo naquela região pra lá. Então aquela região foi desenvolvendo, foi deslanchando até a praça da Bandeira, e hoje aquilo que era residência, como é o caso da avenida José Paulino, na rua Benjamim Constante, até por toda essa rua Siqueira Campos, bem aqui ao lado do Mercado, essa rua Senador José Eusébio deixaram de ser residências. (Jesus, 2017, p.237 *apud* Aves filho, 2017).

No âmbito educacional, entre os séculos XVIII e XIX, assim como no resto do Piauí, a educação da cidade se fez de maneira informal, com aulas avulsas destinadas às famílias com maior poder econômico. Nessa época muitos fazendeiros buscavam pessoas mais letradas para ministrar as aulas e assim a educação se constituía em torno da região com o incentivo dessas pessoas e pouca iniciativa do poder público.

Sobre o ensino nessas fazendas, Reginaldo Lima, em seu livro *Campo Maior: anotações para uma enciclopédia*, retrata como era um pouco das vivências escolares nesses ambientes:

O costume de em cada fazenda haver um professor era tão generalizado que eu ainda frequentei nos primeiros anos deste século a escolinha mantida por meu pai na Fazenda Alecrim, onde morávamos e ele ensinava primeiras

letras aos filhos dos parentes, agregados e amigos que moravam na redondeza. Não esqueço um menino, por nome Antônio, que caminhava uma légua todo dia levando um tamborete na cabeça, por não querer sentar-se nos bancos da escola, que achava duros, e não deixava a cadeira para que outras pessoas não se sentassem nela em sua ausência. E havia o Nozinho, nosso primo, João Mendes de Oliveira, que, a cavalo vinha da Fazenda Santa Maria, lá da beira do Riacho Fundo, passava a semana conosco e, sábado à tarde ia para sua casa de onde só voltava Segunda-feira de manhã. Nas Pubas ninguém se descuidava de mandar ensinar seus filhos. De lá saíram até autodidatas e poetas, como Moisés da Mata Oliveira, dotado de grande inteligência e que tinha cultura pacientemente adquirida. Diziam os mais velhos que ele copiara um dicionário, indo todo santo dia à fazenda de um vizinho, a duas léguas de distância, para aprender a significação das palavras. Talvez fosse um gracejo sem malícia dos seus contemporâneos, e que, entretanto, significava quanto o julgavam entendido. Até direito aprendeu sozinho. (Lima, 1995, p.95).

Briolanja Oliveira, segundo relatos de historiadores locais, foi a primeira professora formada de Campo Maior. Ela ministrava aula em um espaço de sua casa que ficava situada em frente à igreja de Santo Antônio. Além de Briolanja, outros nomes contribuíram para os primórdios da educação de Campo Maior, como por exemplo, o doutor Francisco Xavier de Siqueira, Mocinha da Costa e Josefa Lima. Estes, juntamente com outros, diante de muita dedicação e esforço, possibilitaram o letramento para muitos campomaiorenses, somando positivamente para a história educacional do município.

Acerca das primeiras cadeiras de instrução expostas por Marcelo de Sousa Neto anteriormente em Campo Maior, Lima (1995, p. 293): “observa que essa cadeira “não teve imediata execução, e meses passaram-se sem tela”. No entanto, mesmo antes da criação, o ensino caminhava a passos lentos, e por volta dos anos de 1815, segundo Lima:

Naquele tempo já havia uma verbazinha de 20.000 réis dada pela Câmara para suprimento de penas, tinta e papel para os alunos pobres da aula de primeiras letras, do sexo masculino, que eram em número de 30 em 1851, e de 37 em 1853. Para a escola das meninas a verba era de 15.000 réis (Lima, 1995, p. 294).

Nesse contexto, a iniciativa por parte dos primeiros professores, juntamente com outros pequenos esforços do poder público, nos mostra um pouco do pequeno engajamento em levar a educação para a região. Apesar das dificuldades e limitações, foi dentro desse contexto que Campo Maior recebeu os primeiros passos do ensino.

No século XX a ampliação da rede de ensino passou a ser um dos pontos de objetivo por qual muitos gestores se atentaram em melhorar. Juntamente com a modernização da cidade, o sistema de ensino entre os anos de 1930 e 1940 começou a se desenvolver e se consolidar. De início foi fechado um tratado juntamente com o governo do estado no qual o município era obrigado a prestar assistência e organizar o ensino primário local. Assim, conforme os prefeitos tomavam posse novos objetivos eram trabalhados em torno deste convênio para melhorar a instrução na cidade. A busca por melhorias educacionais se deu devido à cidade ser limitada em sua rede escolar, o que era desproporcional ao grande contingente de alunos que não tinham acesso ao ensino.

O primeiro grande feito para a educação local foi feito na gestão de Francisco Alves Cavalcante, cuja gestão ocorreu de 1930 a 1936. Ele foi o responsável por fundar o primeiro grupo escolar da cidade, a qual recebeu o nome de Grupo Escolar Valdivino Tito. A construção desse prédio representou progresso para a educação local, pois passou a atender boa parte do contingente populacional da cidade.

Além desta, outras escolas também foram reflexos do empenho da gestão desse período, como o Ginásio Santo Antônio, criado em 30 de maio de 1946. Teve atividades nos turnos noturnos e diurnos recebendo muitas crianças mais abastadas que podiam pagar pelo acesso ao ensino; Grupo Escolar Leopoldo Pacheco; Patronato Nossa Senhora de Lourdes; Escola Maria Auxiliadora; Briolanja Oliveira; Petrônio Portela; Unidade 13 de março; Marion Saraiva; Hilda Miranda; Unidade Paulo Ferraz; Lar da criança, dentre outras. Ademais, segundo Melo (2011), entre os anos de 1971 a 1972 o prefeito Jaime Paz realizou grandes melhorias educacionais para o município, sobretudo para a zona rural. Ela destaca:

Existiam 84 escolas municipais, no referido biênio, tendo sido construídas 17 escolas rurais nas seguintes localidades: Extremas, Panela, Santa Severa, Canto do Periquito, Água Fria, São Domingos, Mandubé, Bom Tempo, Vertente, Há Mais Tempo, Campinas, Corredores, Repuxo, Contente, Roça Velha, Quem Diria e Andrés. Foi também o Prefeito Municipal Jaime da Paz, quem além dessas construções deixou todas em pleno funcionamento, não descuidou das escolas existentes, melhorando suas instalações através de competente supervisão, um bom desempenho de professores e alunos, ainda instalando em várias localidades postos do Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos. (Melo, 2012, p.30).

Entre as décadas de 1980 e 1990, já haviam sido em torno de 17 nesses povoados. Tais melhorias serviram para levar o acesso educacional as crianças que

viviam distantes da cidade e muitas vezes não tinham condição para se deslocar a Campo Maior. A partir desse período foram se expandindo sob novas gestões mais melhorias para a cidade e município, sendo realizadas a construção de novas escolas para as zonas rurais, ampliação das frotas dos ônibus escolares e investimentos da infraestrutura desses estabelecimentos. Melo ainda menciona:

Nos últimos anos, sob a égide da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em plena vigência, a Educação de Campo Maior conseguiu elevadas metas. Em 2008, havia 15 escolas urbanas (incluindo creches) e 41 escolas municipais rurais, e o município tinha cerca de 40 mil habitantes. A Secretaria Municipal assumiu inteiramente as creches e o ensino infantil (pré-escola), que não mais funcionavam com cunho assistencial, mas socioeducacional. Eram atendidas 146 crianças nas creches, 1.276 na pré-escola, 3.656 no ensino fundamental, 872 na EJA, 286 no ensino profissional, perfazendo um total de 6.236 educandos (Melo, 2012, p. 34).

Conforme o mencionado por Melo, aos poucos percebemos um desenvolvimento no sistema de ensino de Campo Maior. O crescimento nos números de escolas e na quantidade de alunos refletem todo o esforço para levar e proporcionar um bom ensino para todos do município. Contudo, é importante frisar que tudo se desenvolveu gradativamente, pois havia muita instabilidade em relação às verbas para o custeio e manutenção dos estabelecimentos de ensino. Em vez de uma política bem elaborada para a distribuição de recursos, prevaleceu o caráter aleatório na administração de verbas públicas, onde as carências eram supridas ao longo do ano letivo com base nas conveniências do momento e nas situações financeiras da prefeitura. (Chaves, 2012).

A educação de Campo Maior foi se desenvolvendo conforme as necessidades e conveniências de cada governante. Prova disso eram as bolsas de estudos ofertadas no ginásio escolar Santo Antônio, fundado em 30 de maio de 1946, que era voltado para aqueles que não podiam pagar pelo ensino. No entanto, quando eram cedidas bolsas de estudos, as vagas eram destinadas principalmente para as pessoas que tinham vínculo com o prefeito ou com a prefeitura, proporcionando assim a criação de um sistema que favorecia uma grande desigualdade, prejudicando aqueles que precisavam e diminuindo suas chances de ascensão no ensino. (Chaves, 2012).

Além disso, havia muitas desavenças sobre os gastos públicos com a educação; para muitos políticos da época, as despesas com certas instituições de ensino eram exorbitantes, o que gerava tensões com aqueles que acreditavam que

esses gastos eram essenciais para um melhor desenvolvimento educacional da região, sendo fundamentais para a formação da comunidade.

3 DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR VALDIVINO TITO

3.1 História da Instituição

Como mencionado no capítulo anterior, a partir da Proclamação da República veio também o desejo de uma ruptura com o passado imperial e a busca por uma reorganização no ensino. Dentre os objetivos republicanos “estava a premissa de ideário - republicano - cuja importância se traduzia em suas metas: superar o índice de analfabetismo superior a 80%” (Baduy, 2020, p.7) Esses objetivos surgiram na capital paulista, contudo, logo se espalharam por todo território brasileiro nas primeiras décadas do século XX, e assim, os grupos escolares surgiram com uma ideia de ensino popular destinadas ao atendimento de todas as massas.

Num primeiro momento, acerca da implementação desses grupos, foi mais viável para a administração política da época reunir as escolas isoladas existentes na região em um só ambiente para assim formar esses grupos escolares. Logo, não era necessária a construção de novos prédios, pois era mais simples adaptar os ambientes de ensino já existentes com o intuito de reduzir custos, centralizar a administração e proporcionar uma maior facilidade e controle dos docentes. No entanto, é importante frisar que apesar dessas modificações e de todo entusiasmo, as questões pedagógicas ainda eram mantidas e elas continuavam existindo com aspectos das casas – escolas com métodos simples de ensino.

No Piauí, o objetivo era estabelecer pelo menos um grupo escolar em cada Município. À medida que essa ideia se expandia, o esforço republicano passava a ser direcionado no sentido de tentar ampliar a chamada educação popular com um destaque no ensino primário (Pereira, 2015). Todos esses propósitos de modernização, também chegaram a Campo Maior e começaram a ser frequentes nos discursos de seus governantes.

A implantação do grupo escolar Valdivino Tito em Campo Maior aconteceu em 12 de setembro de 1928 e contou com a presença do governador da época, Dr.

João de Deus Pires Leal². De início, segundo Lima (2023, p. 118) em entrevistas a ex-alunos dessa época, “a escola funcionou até 1934 no prédio do antigo novo hotel na praça Rui Barbosa que antes tinha o nome de Miguel Rosa”. Contava apenas com o ensino primário e teve como primeira professora a irmã do Valdivino Tito, senhora Briolanja Oliveira.

Fotografia 2 - Novo hotel, primeira instalação do grupo Valdivino Tito



Fonte: Página do Instagram: Campo Maior antigas³, 2024.

Apenas no dia 05 de julho de 1934, na gestão do prefeito Francisco Alves Cavalcante com parceria do governo do estado foi inaugurada a sede permanente situada na avenida José Paulino. Em sua inauguração, o prédio contava com as seguintes dependências: 05 salas de aulas, 01 diretoria, 01 secretaria, 01 cantina, 01 banheiro para os professores e 01 banheiro para os alunos além de uma excelente área de pátio livre. Oferecendo ainda somente o ensino primário e foi assim durante muitos anos. (Costa, 2015).

O nome da instituição foi uma homenagem ao grande intelectual Campomaiorense Valdivino Tito de Oliveira.² Homenagens como essa, refletem a

² João de Deus Pires Leal nasceu na cidade de São Bernardo (MA) no dia 22 de janeiro de 1890. Formou-se em direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1909. No ano seguinte em 1928 foi eleito governador do Piauí sucedendo a Matias Olímpio de Melo, teve o mandato interrompido em 4 de outubro de 1930 com a eclosão da Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder.

³ Disponível em :https://www.instagram.com/campomaior_antiga?igsh=MXM3MGZkZ28wbHExMA==

todos as contribuições, respeito e admiração de quem tanto somou para a história local. Com isso, não temos apenas a identificação de um nome e sim um valioso símbolo do impacto de sua trajetória de vida e uma maior percepção do quanto toda essa cultura contribui para a identidade da cidade e da instituição.

Fotografia 3- Grupo escolar Valdivino Tito, foto de 1933



Fonte: LIMA, Reginaldo Gonçalves. **Geração Campo Maior**: anotações para uma enciclopédia. Campo Maior-PI: edição do autor, 1995.p,311.

No campo pedagógico, a escola recebeu professores⁴ que contribuíram para a educação da cidade. São figuras que plantaram a melhor semente para o ensino local. Consegui entrevistar a professora Josefa⁵ que com carinho recordou seu tempo de ensino na instituição. Através de suas lembranças, conseguimos entender melhor como eram as práticas de ensino, as relações de professores e alunos, bem como

⁴ Procuramos estes para buscar informações sobre os primórdios no ensino nesta escola, no entanto, não foi obtido êxito pois boa parte já se encontra debilitado.

⁵ SOUSA, Josefa Batista da Silva. Professora aposentada e natural de Campo Maior-PI, Josefa foi professora de matemática no primário da escola Valdivino Tito em 1975 e com muita dedicação contribuiu para o ensino de muitas gerações do município.

toda dedicação desses mestres que mesmo com pouco recurso, conseguiram repassar todo conhecimento que agregou em muitas gerações.

Por meio do relato de Josefa Lima, é notável que a criação desta escola foi algo significativo para a sociedade de Campo Maior. Sua consolidação abriu portas para muitas pessoas da cidade e região terem acesso a um ensino com uma maior organização e conforto. Segundo a ex-professora, a escola recebeu muitos alunos, especialmente da zona urbana:

O número de alunos que estudava no Valdivino antigamente era bem alto, sendo a maioria daqui da cidade. Não é à toa que metade de Campo Maior estudou nesta escola. Valdivino formou muitas pessoas, a sua implantação como primeira escola estadual pública nessa cidade foi algo muito importante, pois trouxe a oferta de ensino para aqueles que não podiam pagar por ele” (Lima, 2024).

Esses relatos da grande abundância de alunos que a instituição recebia também se fazem presente nas memórias dos ex-alunos. Em entrevista, a senhora Minelvina Medeiros⁶, relata que “o contingente de alunos era grande, chegando algumas salas a comportar 40 estudantes” (Medeiros, 2024). O número de alunos era expressivo, e muitas vezes não conseguiam cantar o hino pois o espaço não comportava todo contingente de pessoas. Essa questão, evidencia não apenas o motivo da popularização do ensino em Campo Maior, bem como sua importância para o acesso a uma educação formal, visto que anteriormente o ensino no interior do estado era mais deficiente do que na capital.

Medeiros ainda menciona, que a escola era bem rígida. Ao ser questionada se em sua época ainda existia a prática da palmatória ela menciona:

Em minha época, graças a Deus não existia mais isso. Mas apesar de não ter, a escola não deixava de ser rígida. Menino lá tinha que andar na linha, se não, a diretora chamava a atenção. Quando eu estava lá, a diretora era a dona Socorro Ibiapina. Uma gestora muito competente e que sabia impor ordem e disciplina na escola. (Medeiros, 2024).

⁶MEDEIROS, Minelvina Pereira. Atualmente mora na zona rural do município de Cabeceiras-PI, mas é natural da cidade de Campo Maior- PI. Nasceu em 04 de setembro de 1969 e fez a 4ª série na instituição onde guarda boas lembranças. Entrevista concedida a Natalia dos Santos Sousa. Campo Maior, 17 de Nov. de 2024.

A palmatória por muito tempo foi motivo de medo para muitos alunos. Esse tipo de castigo físico era utilizado por muitos professores como uma forma de punição para comportamentos indesejáveis às normas da época. No entanto, pode-se perceber através desses relatos que não foi mencionado nenhuma forma de castigo físico praticados dentro da instituição. Como mencionado pela ex-aluna acima, a escola exigia sempre um bom comportamento por partes dos estudantes e os professores utilizavam de uma postura rígida para impor a ordem. Toda essa questão é observada na fala da professora Josefa Lima:

Os alunos tinham realmente que andar na linha e apresentar um bom comportamento na sala de aula, pelo menos nas minhas aulas isso era algo que eu presava muito. Às vezes eu ouvia queixas de outros professores sobre mal comportamento de um ou outro aluno, mas eu sempre ficava na minha, pois em minhas aulas isso nunca foi um problema. Quando eu me ausentava da sala, mesmo que fosse por alguns minutinhos, a turma nunca aproveitava para bagunçar, eu saía e retornava com eles todos quietos sem fazer baderna (Lima, 2024).

Através desses testemunhos, observamos que a relação dos professores com os alunos era constituída em uma atmosfera de respeito e mesmo quando o professor não estava em sala eram induzidos a manter uma postura como se houvesse sempre um olhar atento para eles. Assim, os estudantes eram incentivados a comportar-se de modo educado por entender que essa boa relação fazia parte de um aprendizado mais equilibrado e harmônico da escola.

Contudo, vale destacar que apesar dos entrevistados deixarem transparecer um ambiente harmonioso esta visão não é uma verdade incontestável. A exemplo da professora, nota-se que esta tem uma necessidade em preservar uma boa imagem de sua atuação enquanto docente, distanciando-se de temas como a palmatória que atualmente é condenada.

Como diz Liblik, (2021, p. 287): “no entanto, trabalhar com história de vida é se colocar nesse contexto entre o que foi falado e entre as recordações, sentimentos que foram esquecidos ou calados”. Esses depoimentos são construções seletivas e subjetivas onde a pessoa organiza suas ideias decidindo assim o que contar em suas narrativas. Tudo isso muitas vezes é influenciado por circunstâncias como suas razões, experiências pessoais ou posição social. Com isso, entendemos que a

memória não é basicamente um reflexo do passado e sim uma interpretação deste, com escolhas conscientes e omissões propositalis.

Por outro lado, mesmo que não tenham sido mencionados os castigos físicos por parte dos professores, vale lembrar que essas punições não são os únicos meios para disciplinar. Com o tempo as instituições passaram a utilizar-se de diferentes maneiras mais sutis de vigilância e controle. No caso desta escola, observamos com as entrevistas que mesmo não havendo relatos concretos sobre o uso da palmatória da época havia outras formas de rigidez como por exemplo, o professor bater na mesa ou aumentar o tom de voz para impor ordem ou chamar a atenção do aluno. Essa questão da sinalização possibilitava uma reação nos alunos fazendo estes reagir de forma imediata sem exigir explicação, construindo assim, uma atmosfera eficiente e com obediência.

Ainda sobre essa questão de disciplina, havia outras formas de organização na instituição, como a divisão das salas de aula. Lima (2024), menciona que “às vezes havia uma divisão na sala, com meninos ficando de um lado e as meninas de outro”. Essa prática refletia uma época com tradições rígidas em relação a questão de gênero e uma forma estratégica para obter disciplina e ordem dentro do ambiente de ensino.

Mesmo com toda rigidez os alunos gostavam da instituição e isso é possível observar através da senhora Maria Borges Nascimento⁷, que também estudou na escola. Em relato, nos descreve:

Eu fiz a minha 3° série lá. Não me recordo o ano, pois já faz muito tempo, só lembro que estudava na parte da tarde! Gostava muito dos professores, das aulas e de todo aquele ambiente. Depois sai de lá, fui para outra escola, mas o Valdivino foi a que eu mais gostei de estudar. Minha matéria preferida era matemática, gostava muito de fazer as continhas que a professora passava. Eu não conseguia ir todos os dias da semana para assistir às aulas, ia no máximo umas duas vezes. Isso acontecia, pois eu tinha que ajudar minha mãe em casa e isso acabava fazendo com que eu não frequentasse as aulas como deveria (Nascimento, 2024).

Depoimentos como este ressaltam que antes o ensino não era visto como uma obrigatoriedade, sendo as crianças colocadas para ajudar em afazeres domésticos ou outros serviços que estavam à frente da instrução. No caso das meninas, estas eram

⁷ NASCIMENTO, Maria Borges. Nasceu em 26 de janeiro de 1969 em Campo Maior-PI, fez o primário na instituição. **Entrevista concedida a Natalia dos Santos Sousa**. Campo Maior, 17 de nov. de 2024.

treinadas para as obrigações do lar, como no caso da entrevistada. Isso se fez presente desde a época colonial, onde a figura da mulher era de desempenhar um papel moral e decisivo ao comandar o lar.

O trabalho está presente no dia-a-dia das crianças desde muito cedo, no século XIX com o surgimento das fábricas as crianças eram utilizadas como força de trabalho. Contudo, essa questão não se restringe apenas a este período, pois, desde a vinda dos europeus ao Brasil, estes executavam tarefas e eram sujeitas a trabalhos forçados, enfrentando duras condições.

Ademais, desde muito cedo os pais tinham o hábito de levar os meninos para o campo, enquanto as meninas permaneciam em casa com a mãe. Essa dinâmica acontecia provavelmente para que meninos e meninas através da observação conseguissem aos poucos assimilar os conhecimentos e técnicas que eram essenciais para o seu cotidiano.

Assim, as famílias desempenhavam um papel central na transmissão de valores e habilidades fundamentais para a integração social. Diante do pequeno desenvolvimento tecnológico, o aprendizado não necessitava de meios sistematizados ou de escolas. Entendemos assim o quanto essa questão doméstica interferiu na educação limitando muitas meninas e meninos na questão de seu estudo.

Além disso, é nos relatado outra dificuldade que fazia parte da vida de muitos estudantes, a questão da distância entre os alunos e a escola acabava se tornando mais uma barreira a frente dessas pessoas. Nascimento conta que:

No início, não havia muitos alunos do interior que estudavam na escola, na minha sala mesmo eu não me recordo de nenhum. Naquela época, não tinha toda essa facilidade que tem hoje em dia, tudo era mais difícil. Não tinha transporte para trazer o pessoal. (Nascimento, 2024)

Diante disso, é possível entender o porquê de o número de alunos ser maior que o da zona rural como foi mencionado anteriormente pela professora Josefa Lima. Naquele período, ainda não se tinha toda frota de ônibus escolar como se tem atualmente, muitos alunos se deslocavam das zonas rurais para as escolas a pé ou em cima de cavalos, outros quando tinham parentes em Campo Maior ficavam na casa destes para conseguir frequentar a instituição. Por meio disso, muitos ainda mantiveram a constância para ir em busca do ensino naquela instituição.

3.2 Vivências e rotina escolar

Como já percebemos, no decorrer do subcapítulo anterior, a escola exigia sempre uma boa disciplina. Ex-alunos recordam que havia muita cobrança em relação ao fardamento, respeito para com toda a gestão da instituição e ter um bom comportamento escolar. Essa disciplina era cobrada tanto pela escola como pelos pais que frequentemente buscavam saber da instituição o desempenho de seus filhos.

Desde a sua fundação, a escola tinha uma prática como parte da sua rotina inicial. Quando os alunos chegavam para a aula, antes de adentrarem para suas salas, havia a formação de uma fila. Esse momento era algo muito especial, pois era a hora de cantar o hino nacional ou do Piauí. Era exigida atenção redobrada dos alunos onde todos tinham de cantar de forma bonita e impecável. Medeiros relembra:

Tinha que cantar e da maneira correta e impecável. Se errar, tínhamos que voltar e cantar tudo de novo. Lembro que na minha época, eu ficava debaixo de um pé de manga que até hoje tem lá. Nesse período, ele tinha a folhagem toda falhada e eu ficava lá cantando praticamente no meio do sol. Após o hino, os alunos se direcionaram para a sala onde a professora já estava aposta esperando. Antes de iniciar a aula, era feito uma oração, era uma forma de pedir a graça de Deus para aquele dia de aula que íamos iniciar” (Medeiros, 2024).

Essa prática de cantar o hino não é mais tão comum nas escolas atuais. Contudo, em períodos anteriores era uma das formas de estimular a reflexão sobre a cidadania e respeito pelo país. A instrução, para muitos reformadores da república, era relevante na formação dos cidadãos, com isso, a questão do respeito à pátria deveria ser engajada dentro das escolas para colaborar e orientar na formação de um indivíduo republicano em conformidade com as ideologias governamentais da época. Diante disso, a valorização a pátria e o culto de tudo o que era admirado por muitos deveriam surgir no lar, desenvolver-se na escola e ser manifestado na sociedade.

Além do hino, práticas como a da oração colocavam em evidência toda a questão da religiosidade que se fez presente desde muito cedo na história do Brasil, e que mesmo com os anseios republicanos de romper ligações com períodos anteriores, esse aspecto religioso não foi superado.

Dentro das salas de aulas, prevalecia um espaço a qual o professor sempre fazia questão de organizar. O ambiente era composto por uma lousa e cadeiras conjuntas que comportavam até dois alunos sentados um ao lado do outro. Os

professores geralmente organizavam a sala colocando os estudantes maiores para sentar atrás e os menores eram postos para sentar-se na frente. A partir disso, além da organização o docente conseguia ter um maior controle daquele ambiente.

No quesito relação aluno e professor, havia uma relação harmônica entre estes, influenciada pela direção da escola e por pais que sempre cobravam dos discentes uma postura respeitosa para com os professores. Ademais, segundo relatos o professor fazia questão de reforçar o quanto todos eram privilegiados de estar estudando naquela instituição, visto que nem todos tinham os mesmos privilégios e oportunidades, principalmente as pessoas que moravam na zona rural. Avelina Cunha⁸, fez seu primário na instituição no ano de 1958, em relato ela menciona:

Minha professora era a Dona Mariema. Era um mulherão bonito demais, falava diferente, muito educada e amiga dos alunos. Ela, assim como outros professores, sempre nos falava da importância do ensino na vida das pessoas. Gostava de usar exemplos de grandes figuras importantes que se formaram no Valdivino para nos fazer perceber como o ensino poderia nos fazer chegar a grandes lugares. Ela sempre fazia questão de reforçar que não era legal ser um Zé ninguém na vida. Lembro – me dê suas perguntas: vocês acham que é interessante ser um zé ninguém? Se hoje vocês veem muitas pessoas tendo sucesso na vida, é graças ao estudo, entendem? Mariema com muita sabedoria sempre reforçava que isso não era interessante, muitos menos passar a vida toda trabalhando atrás de um balcão, assim, proporcionava para a turma uma boa reflexão sobre o futuro de nossas vidas e como o ensino podia mudar o rumo dela. (Cunha, 2024).

Essa forma de reflexão reforça o papel do professor de não apenas repassar o conteúdo, mas também de proporcionar um maior pensamento crítico. Nisso, o docente, além de transmitir o ensino tem o dever de preparar o estudante para futuramente serem cidadãos engajados e participativos dentro da sociedade para a partir disso questionar, debater e romper paradigmas.

Além de toda essa instigação e reflexão acerca do ensino, havia ainda as cobranças pela aprendizagem e por um bom desempenho escolar. Era exigido decorar o alfabeto e o incentivo à leitura. Ao questionar os entrevistados sobre a disciplina que todos tinham temor em reprovar, a matemática foi a mais mencionada.

⁸ CUNHA, Avelina Rosa de Melo. Filha de Nilo José de Melo e Francisca Gonçalves de Melo, Avelina Nasceu em Campo Maior no dia 19 de outubro de 1948. Possui Licenciatura Plena em Geografia, em Pedagogia e em Estudos Sociais pela Universidade Federal do Piauí, com especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Estadual do Piauí. É membra da Academia Campomaiorense de Artes e Letras – ACALE e Já foi Superintendente da 5ª Diretoria Regional de Educação, Secretária Municipal de Educação e Cultura, Supervisora Geral da mesma secretaria, além de chefe da divisão de ensino. **Entrevista concedida a Natalia dos Santos Sousa**, 13 de nov. 2024.

Segundo Medeiros, “Era muito número, tanta conta que eu ficava perdida. O pior era que a professora sempre exigia o decorar da tabuada. Quando chegava o final do ano, todos tinham que estar afiados sabendo-a inteirinha”. Essa cobrança proporcionava não somente uma maior dedicação, como também maior persistência pelo ensino.

Essa metodologia na forma de repassar o conhecimento, mostra a grande ênfase a respeito da memorização. Alguns conteúdos eram transmitidos aos estudantes de forma separada, sem colocar para eles como estão se relacionavam e se conectavam. O grande foco estava em fazer os alunos decorarem o assunto, sem um maior aprofundamento para que entendessem os conceitos que estavam por trás do que foi repassado. Esse tipo de metodologia não era tão eficaz, pois essa repetição não possibilitava um entendimento mais profundo e completo.

Também é importante frisar que não havia materiais didáticos disponíveis para os estudantes, era apenas um caderno e as aulas expositivas do professor. Às vezes os livros eram comprados pelos próprios alunos, no entanto, nem todos tinham condições para adquiri-los. Avelina Cunha (2024) coloca que: “os livros eram utilizados muito para fazermos redação, o professor pedia para abrir em tal página, observar as gravuras e escrever um texto sobre a imagem”.

Durante um longo período essa questão do material didático foi um problema para o ensino. Inicialmente, os livros eram destinados para a formação de docentes, assim não eram tidos como uma base importante no processo de aprendizagem das crianças. Apenas no século XIX uma nova concepção sobre o livro foi se formando e este material passou a ser visto como algo que contribuiria diretamente no ensino das crianças e adolescentes, assim estes passaram a ter direitos sobre os materiais.

No entanto, apesar da significância, havia receio por parte de autoridades. Muitos temiam o saber letrado e as interferências que isso poderia causar nas ideias e valores da sociedade. Com isso, ocorria muita vigilância e vistoria na forma como esses materiais chegavam até os alunos. A partir disso, acreditavam que era uma maneira de assegurar os interesses almejados para toda população.

Apesar de o livro didático ser uma base no ensino, mesmo com sua discriminação, havia muitas falhas e nem todos conseguiam acesso a esse material. A inércia estatal, questões econômicas e falta de infraestrutura em impressões

colaboravam para limitar o material. Com isso, por muito tempo poucos tinham acesso a esse tipo de recurso.

Segundo Costa, (2015): “a partir das décadas de 1970 iniciou-se a distribuição desses materiais nas escolas públicas por meio de programas, estruturados pela Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME)”. Em 1985 com a criação do PNLD⁹, a ampliação do material expandiu-se ofertando ainda mais estudantes da rede pública de ensino.

Cabe ressaltar que apesar do crescimento da oferta do livro didático, em muitas escolas, sua limitação ainda é um problema. Dessa maneira, um acesso que deve ser direito de todos às vezes acaba perdurando as desigualdades que ainda existem na educação do país.

Em contraste a isso, em relação aos docentes e seu contato com as famílias dos estudantes, é possível observar que os pais mantinham uma relação bem próxima com o corpo docente de toda a escola. Muitos pais chegavam a ir vigiar seus filhos pela janela para observar como estava seu comportamento em sala de aula. Sobre isso é mencionado, Medeiro (2024) afirma: “eles vigiavam escondidos, e se fizesse algo errado, o bicho pegava”. Além disso, os pais delegavam toda liberdade para o professor impor disciplina em seus filhos. Avelina informa:

Naquela época, menino não tinha vez. Os pais sempre acreditavam no professor. Se o menino chegasse em casa relatando que havia feito algo na escola, o pai primeiro ia se informar com o professor para saber da história por completo, caso o menino mentisse alguma parte da história, aí ia se ver com o castigo dos pais (Cunha, 2024).

Toda essa parceria e delegação de autoridade, ressalta como a educação nas escolas era uma extensão daquela ensinada pela família, com toda norma que visava garantir os modos desejados. Com isso, observando que toda essa aproximação entre os pais e a instituição de ensino deixava transparecer a ideia de que os docentes transmitiam não apenas o conhecimento, como também, eram importantes no âmbito moral e disciplinar das crianças.

⁹ O PNLD é uma política pública executada pelo FNDE e pelo Ministério da Educação destinada a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma sistemática, regular e gratuita. É um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo. Os materiais adquiridos vão diretamente para as mãos dos estudantes e professores das escolas públicas participantes do Programa. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>

No entanto, apesar de necessária essa parceria entre escola e família, em dias atuais ainda é comum a transferência de responsabilidade moral e educacional somente para a escola. Muitos pais não participam da vida escolar de seus filhos muitas vezes devido à desinteresse ou falta tempo, isso leva a formação de lacunas que podem resultar em um desequilíbrio emocional, ético e que pode interferir no desenvolvimento escolar da criança, tendo em vista que as instituições escolares por se só não conseguem substituir completamente a presença e influência da parentela.

A família cabe o dever de educar e à escola ensinar, isto é, com o grupo familiar vem a responsabilidade de ofertar à criança e ao adolescente valores éticos para a convivência em sociedade, e a instituição instruí-lo para que possa lidar e enfrentar as exigências competitivas do mundo. Assim, cabe a ambas as partes trabalharem de forma conjunta, porém cada uma assumindo suas responsabilidades no processo educativo.

Apesar de todas as cobranças pedagógicas e comportamentais, os intervalos entre uma aula e outra e as festividades que a escola realizava possibilitavam um momento de descontração e animação para os alunos. Ao bater a sineta para o intervalo os alunos iam merendar. Segundo Avelina “Geralmente era ofertado como alimento, leite, mingau ou arroz com carne” (Cunha, 2024). Essa questão das refeições, além de contribuir para a nutrição dos alunos, tinha um relevante valor pedagógico e social, pois a merenda escolar durante a primeira república passou a ser entendida como algo que contribuía para a frequência e desempenho dos estudantes.

O estado tinha dificuldades em aumentar sua oferta de maneira ampla e homogênea, contudo, esse aspecto da oferta alimentar nas escolas tornou-se um meio de inclusão permitindo que alunos menos favorecidos continuassem nas escolas. Assim, em 1955 houve a criação oficial da política de alimentação escolar, permitindo uma maior atenção para essa questão levando melhorias alimentares para muitos jovens e crianças.

Após a refeição, todos se reuniam na frente da escola para interagir e brincar entre si. Os meninos costumavam jogar bolinhas de gude, esconde-esconde ou fazer estripulias subindo em ferro e árvore. As meninas gostavam de brincar com pedrinhas, elásticos, boneca, amarelinha ou pega-pega. Essas brincadeiras são importantes para o desenvolvimento das crianças, por meio delas os pequenos aprendem

comportamentos, desenvolvem conhecimentos, demonstram emoções e sentimentos. Além disso, o brincar reflete os costumes e valores no qual a criança faz parte.

Essas brincadeiras eram transmitidas de geração em geração dos mais velhos para os mais jovens, o que possibilitava uma valorização de costumes no decorrer do tempo. Esse entretenimento, influenciava no desenvolvimento social, cultural, físico e intelectual de meninos e meninas. Contudo, no decorrer do tempo devido a todo avanço tecnológico algumas dessas brincadeiras foram progressivamente se perdendo e abrindo espaço aos meios tecnológicos de diversão.

Em relação às festividades comemorativas celebradas pela instituição, as quadrilhas e celebrações de Dia das Mães foram lembradas pelos entrevistados como as mais emocionantes e animadas. Essas quadrilhas eram abertas ao público de Campo Maior e todos podiam prestigiar um evento lindo e organizado que sempre chamava a atenção da população. Sobre as festas das mães, Avelina nos conta que é umas das lembranças mais bonita e emotiva que tem sobre sua época como aluna no Valdivino Tito:

Lembro-me de uma festa das mães que me emocionou bastante. Foi lindo e emocionante! O palco foi colocado na calçada da escola e as cadeiras apostas sobre o chão de piçarra mesmo. Todos ficavam esperando suas mães e as recebendo com muito carinho para juntos celebrar aquela data. Houve muitas apresentações dos filhos para homenageá-las. Eu não apresentei, pois era acanhada, mas minha irmã recitou uma linda poesia. Ao final da festa, as mães receberam um livro onde tinha muitas poesias bonitas que as homenageavam. (Cunha, 2024).

Percebemos um grande sentimento de emoção na entrevistada ao lembrar essas experiências. Diante disso, é notável o quanto momentos como este são importantes para proporcionar lembranças que acompanharam os alunos em toda sua vida. Essas festividades foram, de maneira gradativa, ganhando espaço nas últimas décadas do século XIX, momento em que novas propostas e medidas no âmbito educacional foram se intensificando. As festas tiveram como base o calendário e contribuíram para padronizar o sistema de ensino brasileiro. (Candido, 2007).

As comemorações dessas festas representam uma forma diversificada da aprendizagem em sala de aula com as mesmas normas destas, porém com um aprendizado mais descontraído e alegre. Através desses momentos adultos e crianças eram ensinados sobre a história de cada data festiva e compreendiam melhor

seus valores e simbologias. Além disso, como podemos observar nas entrevistas, é notável que essas práticas ajudavam a tornar o espaço mais leve e fortaleciam os laços entre a escola, estudantes, família e toda comunidade no geral.

Ademais, a partir desses relatos foi possível observar ainda que o educandário funcionava não apenas como um lugar para aprender o ensino formal, mas também teve muitas lições de vida que acompanharam os estudantes até os dias atuais. Com isso todo o legado foi muito além dos muros e paredes da escola, pois perpetuaram na memória e no coração de todos, permitindo a reconstrução de toda essa história para este trabalho, resgatando toda sua importância no ensino e no social da comunidade.

3.3 O legado educacional do Grupo Escolar Valdivino Tito em Campo Maior

O Grupo escolar Valdivino Tito possibilitou o ensino a importantes homens e mulheres da sociedade de Campo Maior. Sendo a primeira escola estruturada da cidade, muitas pessoas que não tinham condições para pagar por seus estudos alfabetizaram-se e concluíram seus estudos por essa instituição. Por suas salas passaram advogados, médicos, jornalistas, engenheiros e prefeitos, como o atual prefeito de Campo Maior, João Felix¹⁰, e o prefeito de Teresina, Doutor Silvio Mendes¹¹.

Sua arquitetura traz aspectos da modernidade da época com salas amplas e janelas grandes para proporcionar uma maior iluminação e ventilação e assim como outras estruturas educacionais da época repassa a imagem de um ambiente propício para o ensino primário que antes era limitado (Cruz apud, 2018).

¹⁰Nascido em 30 de novembro de 1959, em Campo Maior, é filho de Mariana Andrade e Jollo Felix de Andrade, E formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mas optou por seguir a carreira política sendo eleito pela primeira vez para um cargo público no ano de 1992 quando foi eleito vereador da cidade de Campo Maior. Em 2004, foi eleito prefeito de Campo Maior pelo PPS e em 2008 tornou-se o primeiro prefeito reeleito da história do município. Disputou a eleição novamente em 2020 e 2024, saindo vitorioso em ambas.

¹¹ Silvio Mendes de Oliveira Filho nasceu em Campo Maior no dia 31/08/ 1974. É filho de Filho de Silvio Mendes, comerciante, e de Isaura Cronenberg, mãe de oito filhos. Graduado em Medicina em 1974, pela Universidade Federal de Pernambuco. Especializado em Ortopedia na Universidade de São Paulo. Em Teresina, trabalhou no Hospital Getúlio Vargas, Clínica São Lucas e Ortopedia. É médico do Ministério da Saúde (SUS) e membro titular da Sociedade Brasileira de Ortopedia, e Traumatologia. Foi presidente da Fundação Municipal de Saúde nas gestões dos prefeitos Raimundo. Wall Ferraz (1993/1995) e Chico Gerardo (1995/1996), e nos dois períodos de Firmino Filho (1996/2004)

Foto 4 - Valdivino Tito na década de 1930



Fonte: LIMA, Reginaldo Gonçalves. **Geração Campo Maior**: anotações para uma enciclopédia. Campo Maior-PI: edição do autor, 1995.p,311.

Foto 5 – Ceti Valdivino Tito atualmente



Fonte: SOUSA, Natália dos santos. Campo Maior-PI,2025.

Como podemos observar na Foto 4 - Valdivino Tito na década de 1930 e na Foto 5 - Ceti Valdivino Tito atualmente, apesar da reforma a qual a escola passou no ano de 2023 visando atender as demandas contemporânea, o prédio ainda se

encontra com algumas das características de sua fundação como: faixada, janelas e formato do prédio, preservando assim alguma das características simbólicas de sua arquitetura.

Atualmente a escola é formada com um quadro de 35 funcionários e 122 alunos¹². Está sob a gestão da diretora Maria de Jesus Ibiapina e da coordenadora pedagógica Jaqueline Soares da Costa. Ambas trabalham com o compromisso de continuar o legado de proporcionar a melhor educação e preservar toda história e valor desta simbólica instituição.

Mediante entrevista, é informado que nos últimos dois anos a escola já passou por muitas mudanças, desde estruturais à pedagógicas. Destaca-se que após longos anos apenas em 2023 a escola conseguiu sua declaração de posse, visto que o terreno onde o prédio está situado havia sido doado pela prefeitura, porém a regulamentação da declaração foi providenciada apenas na nova direção.

Além disso, no que tange às mudanças estruturais físicas, houve ampliações no prédio com o intuito de trazer mais conforto para os alunos. Dentre elas, foram realizadas reformas em banheiros, vestiários, refeitórios e em uma quadra de esporte que ainda está por concluir. Ademais, foi mudado a nomenclatura da escola que desde o ano de 2023 passou a chamar-se Centro de Educação em Tempo Integral Valdivino Tito.

Em consonância a isto, a instituição passou a funcionar de forma integral para assim ofertar uma educação com maior qualidade e possibilitar uma maior aproximação entre a escola e o aluno. Com isso, o colégio passou a ofertar cursos concomitantes de Marketing Digital, gerência de saúde e administração. Sobre estes, Correia informa:

Quando eu assumi a gestão da escola em 2023, achei interessante a implementação desses cursos, pois antes era trabalhado apenas o ensino médio antigo, objetivando apenas a sua conclusão e nada mais. Assim conseguimos implantar esses cursos para as primeiras e segundas séries, logo após veio a mudança no ensino médio integrado que possibilitou a implementação de novos cursos técnico profissionalizante na área da administração (Correia, 2024).

Sobre esses cursos concomitantes, eles visam preparar os alunos e qualificá-los para o mercado de trabalho, visto que há muito tempo adentrar no ensino superior

¹² Dados obtidos pela direção do CETI Valdivino Tito.

não é o único caminho para alcançar o desenvolvimento profissional bem-sucedido. Esse tipo de modalidade de ensino qualifica os alunos em diferentes modalidades objetivando um melhor futuro profissional, que está cada vez mais exigente e competitivo. Assim, esses cursos são uma boa vantagem para uma melhora no currículo.

Além da implementação desses cursos, a escola trabalha atualmente com o programa Jovens de Futuro¹³, que segundo a direção: “Ele atende tanto a clientela de alunos, como os professores e gestão no quesito formação, para a gente conseguir trabalhar conforme com as mudanças de currículo” (Correia, 2024). Neste projeto, ocorre uma parceria entre a instituição, governo do estado e o instituto UNIBANCO. Este programa, dentre seus objetivos almeja reduzir as desigualdades sociais e por meio disso visa proporcionar a garantia de ensino a muitos jovens que estão no ensino médio.

Ao longo da entrevista, foi observado um ponto interessante dentro de todas essas mudanças. No início da história da escola a grande maioria dos estudantes eram oriundos da zona urbana, mas atualmente o quadro de alunos vindo da zona rural tem aumentado cada vez mais. Tudo isso em decorrência de todas as possibilidades ofertadas ao ensino no decorrer do tempo.

Contudo os desafios permanecem como um obstáculo, e o esforço por resultados mais expressivos ainda é constante. No ano de 2023, 17 estudantes foram aprovados no Enem, porém os demais não quiseram prestar o exame ou cursar. Essa questão, ressalta a necessidade de expandir o engajamento dos alunos para adentrar nas universidades e ampliar esse número de conquista. A direção declara que:

Ficamos muito feliz com os índices em aprovados no Enem. Estamos em busca de aumentar ainda mais esses números de aprovados e ver cada vez mais, nossos alunos ingressando na Universidade. Sempre reforçamos a eles que hoje há uma grande facilidade no ensino, existe transporte escolar, educação a distância estão eles têm toda facilidade e acesso na busca por um futuro próspero. Com isso buscamos sempre incentivar e trabalhar para ver e proporcionar o melhor a nossos alunos (Correia, 2024).

¹³ Este programa foi lançado no ano de 2007 e é implementado em parcerias com as Secretarias Estaduais de Educação. Disponibiliza para as escolas, as regionais e o órgão central da pasta uma metodologia e instrumentos que dão suporte ao trabalho de gestão. As ações desse programa, estão estruturadas em cinco eixos – governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento – que se articulam por meio do método circuito de gestão. Unibanco, Programa jovem de futuro. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>. Acesso em 15 de novembro de 2024.

Apesar dos desafios ainda é presente a continuidade de todo legado em torno do empenho que todos da instituição continuam a carregar em sempre incentivar e proporcionar a seus alunos as ferramentas essenciais no alcance do sucesso acadêmico. A gestão e professores atuais, assim como os demais que já passaram e ensinaram nesta escola, continuam a incentivar os estudantes sobre a importância e mudança que a educação pode fazer em suas vidas, e assim apesar das mudanças permanece muitos dos valores que sempre estiveram presente nesse espaço de ensino.

Em consonância a isto, acerca das tradições que a escola ainda carrega em dias atuais, observa-se que há momentos como os que eram celebrados anteriormente. As quadrilhas como foi mencionado em entrevista de ex-alunos segue como uma das festividades que ainda permanece presente na história do Valdivino Tito, além disso o aniversário da escola em dias atuais representa um outro momento que assim como os demais é símbolo e de festividade para a instituição.

A escola, através de seu quadro de professores sempre busca manter na juventude atual toda importância e memorial que essa instituição tem para a cidade, por meio disso, a história de um local que tanto colaborou para a educação do município de Campo Maior continua sendo preservada, transmitida e valorizada para as novas gerações. Ao longo da entrevista com as gestoras, é mencionado pela diretora:

Atualmente, tanto a gente que compõe a gestão atual e acredito que também as gestões anteriores que já passaram por essa escola, sempre fala para os alunos sobre a importância que a escola Valdivino Tito tem e teve para nossa cidade e regiões que compõem nosso município. No começo de todo ano letivo, costumamos nos reunir com todos os alunos e fazer essa fala que é a escola mais tradicional e que gostaríamos que permanecesse com esse conceito de boa escola, com ambiente calmo e com estudantes passivos. É falado para eles, que é uma escola que têm um nome conhecido por todo Campo Maior e que por aqui passaram pessoas que atualmente tem uma forte representatividade marcante na cidade. Sempre fazemos questão de relatar para os estudantes que foi a primeira escola da cidade sendo considerada pela sociedade um patrimônio cultural (Correia, 2024).

Vale ressaltar que apesar de reconhecida pela sociedade Campomaiorenses como um patrimônio que faz parte da história da cidade, o local não é reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Contudo, o reforço pela valorização da escola é presente no discurso não apenas da diretora como dos professores. Juntos, todos que compõe a escola Valdivino Tito se esforçam para dar continuidade e preservar um local que é símbolo de muita história local.

Trabalhar nesse aspecto da valorização é importante segundo Santana (2016, p. 70): “é uma forma estratégica de resistência utilizada pelas escolas contra as invertidas de determinadas políticas educacionais, que buscam nivelar as instituições de ensino”. Com isso, incentivar todas essas ações para a valorização da cultura e todo o memorial da instituição é imprescindível para estimular o respeito, vínculo e todo o sentimento de pertencimento de todos os estudantes no que tange o local onde estudam. A partir disso, todos conseguem ter uma maior conexão com a escola, ao contrário de apenas estar inserido em um local impessoal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou ampliar o conhecimento e a valorização de uma instituição que tanto contribuiu para a história da educação de Campo Maior - PI. Foi possível uma análise abrangente que nos possibilitou entender a importância dos diferentes aspectos que a escola representa para o município.

Observou-se ao longo da leitura, que a instituição, assim como outras, abriu portas para que muitas crianças tivessem acesso ao ensino, especialmente aquelas que não podiam pagar para frequentar as instituições privadas. Cabe ressaltar que antes do século XVII, onde as crianças não estavam inseridas em uma sociedade evoluída, os valores e conhecimentos voltados para o profissional eram repassados pela família. Com a intensificação da urbanização e o capitalismo, as escolas passaram a ganhar este protagonismo como uma extensão da educação familiar e assumiram o compromisso por questões técnicas e científicas indo além das disciplinas e colaborando para a formação de pessoas críticas capazes de muitas transformações.

Assim, a escola Valdivino Tito representa no campo local essa transformação histórica que aconteceu no decorrer do tempo, exercendo um papel importante no fortalecimento do ensino e tornando-se um ponto de destaque no processo de inovação da educação na cidade e município.

A partir das investigações documentais sobre a educação e as entrevistas de pessoas que passaram pela instituição, permitiu-se a compreensão em olhar para a escola não apenas como um local destinado ao aprendizado formal, mas como um ambiente de transformação social. Além disso, o educandário Valdivino Tito contribuiu significativamente para a formação de indivíduos participativos na sociedade e cientes de suas responsabilidades. Através das entrevistas percebemos os sentimentos genuínos e o quanto ela deixou memórias marcantes e afetivas na população.

Outrossim, o estudo destacou que mesmo com as limitações estruturais e pedagógicas no início do funcionamento a escola conseguiu resistir. O espaço foi

objetivo concreto dos anseios almejados pela República, na qual via a educação como algo essencial para o progresso do país.

Além disso, considera-se que a construção desse prédio simbolizou ainda toda a modernidade que embelezou a atual avenida José Paulino, em Campo Maior durante o período de sua modernização, colaborando assim, para o progresso não só da educação, como da cidade também.

Ao longo do tempo, muita coisa foi descartada pois o local já passou por várias reformas, assim, informações precisas sobre o local foram perdidas. Contudo, constatou-se que apesar dessa escassez documental as fontes orais obtidas com funcionários e estudantes que passaram pelo Valdivino Tito tornaram-se ferramentas importantes para manter viva a história desse local.

Assim, a história oral proporcionou uma metodologia valiosa para recuperar a rotina e vivências que não foram possíveis serem encontradas registradas em fontes oficiais. A partir dos depoimentos, descobrimos pontos relevantes sobre o cotidiano da escola, as estratégias pedagógicas usadas por professores, os modos de disciplina e os sentimentos afetivos que só ganharam maior compreensão devido às palavras daqueles que foram protagonistas dessa história.

Diante do exposto, entende-se que a instituição continua prevalecendo como um ponto de reflexão sobre a relevância de preservar e valorizar a história desses espaços que são essenciais para a identidade cultural do município. No entanto, destaca-se que muito ainda precisa ser reconhecido. Apesar das gestões atuais trabalharem no aspecto para repassar o legado às gerações atuais e perpetuar toda a história e o progresso desse espaço, foi possível perceber ao longo das visitas e estudos um descaso do poder público com a valorização desta escola.

Ademais, espera-se que esta pesquisa sirva como referência a outras que também busquem um aprofundamento na história de outras instituições e na valorização dos patrimônios locais. A Escola Valdivino Tito não foi somente a primeira escola com estrutura da cidade de Campo Maior, ela é também um símbolo concreto da luta por melhorias dos espaços escolares e por igualdade de acesso ao ensino. Neste aspecto, merece ser lembrada e reconhecida pelas atuais e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, João Lúcio de. **Os Jesuítas no Brasil**. 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944. P. 312.

ALVES FILHO, João. **Vultos e Fatos da história de Campo Maior**. Campo Maior: edição do autor, 2011.

ARAÚJO, M. L. B. et al. **Desenvolvimento Da Educação À Luz Da LDB, PNE e BNCC**. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID868_13082016223802.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

BADUY, Marina, et al. Origens do grupo escolar e a modernização educacional no Brasil. **Intercurso**, Ituiutaba, v.19, n.1, Jan- Jun,2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/intercursosrevistacientifica/article/view/5232>. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRITO, Itamar Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: Editora gráfica da. UFPI, 1996.

BOMENY, Helena. **Reformas educacionais**. (s.d). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>. Acesso em: 5 out. 2024.

BORGES, Dalete de Sousa Sales; SAMBUGARI, Márcia Regina do Nascimento. **A educação jesuíta método de ensino Ratio Studiorum**.(s.d).Disponível em: <https://cecpa.ufms.br/files/2019/12/C_33.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

CABAMBA, João Israel. **O impacto da participação dos pais e encarregados de educação na gestão escolar: um estudo realizado na Escola do I Ciclo Elimabe 1 em Malanje**. Porto Alegre; v. 10, n. 2, p. 1-25, jul/-dez. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/29762>. Acesso em: 26 dez. 2024.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHAVES, Celson. **História da Educação Campo-Maiorense: políticas educacionais da Prefeitura de Campo Maior (1945-1975)**. Campo Maior: edição do autor. 2012.

CORREIA, Maria de Jesus. Depoimento. **Entrevista concedida a Natália dos Santos Sousa**. Campo Maior. 06 de novembro.2024.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão: Ensino e sociedade no Piauí, 1850 1889**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

COSTA, Willame Samuel Almeida. **A história da educação escolar ocorrida nas décadas de 1930 a 1999 na cidade de Campo Maior – Piauí**. 2015. 39 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Campo Maior, 2015.

CUNHA, Avelina Rosa Melo. **Entrevista concedida a Natália Dos Santos Sousa**. Campo Maior, 13 de novembro.2024.

DE ASSIS, R. M. A Educação Brasileira Durante o período militar: A escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 3, n. 2, 2013. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv. v3i2.171. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6512> . Acesso em: 28 out. 2024.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

FONTENELE, Cláudia Cristina da Silva. **Piauí: Os silêncios revisitados (ano 80 e 90)**. Paraná: AMPUH, 2005.

GHIRALDELLI, Paulo. **Introdução à educação escolar brasileira: História, política, e Filosofia da educação**. São Paulo: s.n 2001.

GOMES, Antônio José; Fontenele, Cláudia Cristina da S.; Neto, Marcelo de Sousa. **Instrução pública no Piauí: Ensaio de sua formalização (século XVIIIeXIX)**. 2006, disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1561/1406>. Acesso em 11 out. 2024

JESUS, P. M. de. História, cidade e memória: as transformações urbanas na cidade de Campo Maior-PI (1940-1980). **Vozes, Pretérito & Devir**, v. 7, n. 1, p. 229-248, 2017. Disponível em: <https://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/download/158/176>. Acesso em: 30 nov. 2024.

LIMA, Reginaldo Gonçalves. **Geração Campo Maior: anotações para uma enciclopédia**. Campo Maior-PI: edição do autor, 1995.

LIBLIK, Carmen Silva da Fonseca Kummer. **A entrevista na História Oral: Notas sobre intersubjetividade e relação historiador-depoente**. Revista história oral [S.l.],v. 24, n. 2, p. 273-291, jul./dez. 202. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 3, set./ dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000300003>. Acesso em: 13 out. 2024.

MARTINS, Daniela Luiz. **Novo ensino médio para uma educação integral no Brasil: A análise das contradições existentes.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em gestão de Políticas Públicas) – Escola de artes, ciências e humanidades, Gestão de políticas públicas, universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

MEDEIROS, Minelvina Pereira de. **Depoimento. Entrevista concedida a Natália Dos Santos Sousa.** Campo Maior. 17 de novembro.2024

MELO, Josimeire Medeiros Silveira. **História da educação no Brasil.** Fortaleza: Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Ceará, 2012.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **A moradia urbana do século XIX.** 2021. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) – Universidade de São Paulo 2021.

NASCIMENTO, Maria Borges. **Depoimento. Entrevista concedida a Natália Dos Santos Sousa.** Campo Maior. 08 de novembro.2024

PEREIRA, Raimundo Nonato Bitencourt. **Modernização urbana de Campo Maior-PI no período áureo da cera de carnaúba (1930-1947).** 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Campina Grande, 2015.

QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense, da pecuária ao extrativismo.** Teresina: EDUFI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. **Educação no Piauí: 1980-1930.** Teresina: Academia piauiense de Letras.2017.

RODRIGUES, Lucicleide Araújo; DIAS, Kétsia Ferreira Viana Bezerra; LIMA, Valéria de Araújo. **A educação indígena no período colonial.** (s.d). Disponíveis em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/coprecis/2017/TRABALHOEV077MD1SA9ID237>. Acesso em: 20 out. 2024.

SANTANA, Dorival Aparecido de. **Escola como lugar de memórias e de Identidade:** Um estudo a partir de escritos de aluno do ensino médio do colégio E. N. S. De lourdes – Londrina/PR 2013-2014. Orientador: Ana Heloísa Molina. 2016. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado (História Social) - na Universidade Estadual de Londrina, PR.2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/Uel_ae92ed0572b237694111592eb7f67b96. Acesso em: 12 out. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3ª ed. Campinas, SP: Editora autores associados.2011.

SILVA, Marcos. **A escolar no Brasil republicano**: Da Proclamação da República ao estado novo. (s.d). Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1561/1406>. Acesso em 11 out. 2024.

SOUSA, Josefa Batista da Silva. **Depoimento. Entrevista concedida a Natália Dos Santos Sousa**. Campo Maior. 06 de novembro.2024

SOUSA, Silvia Maria Melo de. **Educação e educadores de Campo Maior**. Campo. Maior: edição da autora, 2011.

SOUSA NETO, M. Escola para que? Escola para quem? Os primeiros passos da instrução pública no Piauí (1730-1824). **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 260–283, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/5487>. Acesso em: 29 nov. 2024.